



RELATÓRIO ESPECIAL

Panorama eleitoral latino-americano para 2014: continuidade e heterogeneidade regional

Madrid, janeiro de 2014

d+i LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO
2. A COSTA RICA E A HEGEMONIA DO PLN
3. EL SALVADOR, ENTRE O REGRESSO DE ARENA OU A CONTINUIDADE DO FMLN
4. COLÔMBIA, "URIBISMO" CONTRA "SANTISMO"
5. PANAMÁ, A LUTA PELA HERANÇA DE MARTINELLI
6. BRASIL, DILMA ROUSSEFF FAVORITA INDISCUTÍVEL
7. BOLÍVIA E A REELEIÇÃO PLEBISCITÁRIA DE EVO MORALES
8. URUGUAI, HEGEMONIA DA FRENTE AMPLIO E REGRESSO DE TABARÉ VÁZQUEZ
9. CONCLUSÕES

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO

São sete as eleições presidenciais a serem realizadas na América Latina em 2014. Terão lugar na Costa Rica e El Salvador (ambas eleições a 2 de fevereiro), na Colômbia e no Panamá, em maio e, num apaixonante mês de outubro, no Brasil, na Bolívia e no Uruguai. Todas elas compreendem uma boa amostra da realidade política, social e económica latino-americana, quer da América do Sul quer da América Central.

Tratam-se de eleições que acontecem numa conjuntura histórica especial: são precedidas por um ano de 2013 no qual os processos eleitorais apresentaram algumas das características que marcam a região desde há uma década: continuidade (vitória de Correa no Equador ou do "chavismo" na Venezuela) e heterogeneidade política (triunfo da esquerda do "socialismo do século XXI" no Equador e na Venezuela, da esquerda moderada no Chile e do centro direita no Paraguai e nas Honduras).

Tudo indica que essas dinâmicas (heterogeneidade e continuidade) continuarão a estar presentes e serão reafirmadas nas eleições de 2014.

Esta continuidade que está a acontecer na região com processos políticos democráticos sem interrupção, salvo raras exceções, produz-se, ao contrário dos anos 80 e 90, numa conjuntura de bonança económica e estabilidade social e política. Elevado crescimento económico na América do Sul, pelo menos até 2013 e menor no México, América Central e nas Caraíbas. De todas as formas, já surgem no horizonte mais próximo, sintomas claros da desaceleração económica que alguns países começam a sentir e que podem influir nas diferentes dinâmicas políticas. Em números, a desaceleração revela-se nos dados de crescimento dos países da América Latina e das Caraíbas em 2013, segundo a CEPAL, 2,6%, abaixo dos 3% previstos e provavelmente experimentarão uma descida no crescimento de 3,2%, em 2014.

É este o contexto geral no qual terão lugar em 2014 as sete eleições presidenciais. Um contexto geral que tem influência, mas no qual as circunstâncias endógenas, mais do que as exógenas, acabam por ter um maior peso no resultado final de cada processo.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA (2014)

País	Data
Costa Rica	Primeira volta: 2-2-2014 Segunda volta: 9-3-2014
El Salvador	Primeira volta: 2-2-2014 Segunda volta: 9-3-2014
Colômbia	Legislativas: 9-3-2014 Presidenciais: 25-5-2014 Segunda volta: 20-6-2014
Panamá	4-5-2014 (presidenciais de uma só volta)
Brasil	Primeira volta: 5-5-2014 Segunda volta: 31-10-2014
Bolívia	Presidenciais: 5-5-2014
Uruguai	Primeira volta: 26-10-2014 Segunda volta: 30-11-2014

Fonte: Elaboração própria

2. A COSTA RICA E A HEGEMONIA DO PLN

A Costa Rica abre, junto com o El Salvador, no próximo dia 2 de fevereiro, o calendário eleitoral na América Latina em 2014.

O país poderia garantir um novo período de governo para o Partido Liberación Nacional (PLN), detentor do poder desde 2006, primeiro com Óscar Arias (2006-2010) e, seguidamente, com Laura Chinchilla (2010-2014), herdeira e afilhada política de Arias. Uma vitória do atual candidato do PLN, Johnny Araya, prolongaria para 12 anos a permanência no poder deste partido. Esta força política

beneficiou da crise que atravessa o seu rival tradicional, o Partido de Unificación Social Cristiana, PUSC, devido aos escândalos que assolaram diversos ex-presidentes deste partido: aos casos de corrupção vividos nos governos de Rafael Ángel Calderón (1990-1994) e Miguel Ángel Rodríguez (1998-2002), ambos do PUSC, juntou-se, em 2013, a renúncia de Rodolfo Hernández como candidato presidencial para 2014, pelas suas diferenças com os dirigentes do partido.

Além disso, os votos do PLN mantiveram-se, até agora, sensivelmente estáveis relativamente à fragmentação opositora que

“O país poderia certificar um novo período de governo para o Partido Liberación Nacional (PLN)”

**“O partido do poder,
a Frente Farabundo
Martí para la Liberación
Nacional (FMLN) parte
como favorito na
maioria das sondagens”**

aparece dividida em forças situadas mais à esquerda, como o Partido de Acción Ciudadana (PAC) e o Frente Amplio (FA), ou à direita (o Movimiento Libertario). O FA inclina-se pelo intervencionismo estatal, enquanto que os libertários apostam em impulsionar reformas de tipo neoliberal.

Para as eleições de 2014, o candidato do governo Johnny Araya, que dirigiu a capital, San José entre 1991 e 2013, e o candidato de esquerda José María Villalta disputam o primeiro lugar nas intenções de voto. Araya, do Partido Liberación Nacional no governo, mas longe da facção que controlou o partido desde 2006 —a vinculada a Óscar Arias—, soma um apoio de 17,4% e Villalta, do Frente Amplio de esquerda, acumula 15,7%, de acordo com um inquérito telefónico do Centro de Investigación y Estudios Políticos (CIEP) da Universidade Estatal da Costa Rica.

Em terceiro lugar, encontra-se Otto Guevara, do Movimiento Libertario, de direita, com 10,4% das intenções de voto e, em quarto lugar, o aspirante do Partido Acción Ciudadana (PAC), de centro esquerda, Luis Guillermo Solís, com 5,1%.

No entanto, estes números não apresentam uma imagem clara, uma vez que quase metade do eleitorado se encontra no grupo dos indecisos, podendo provocar muitas alterações com a aproximação da data eleitoral.

3. EL SALVADOR, ENTRE O REGRESSO DE ARENA OU A CONTINUIDADE DO FMLN

El Salvador é o outro país que abre o calendário eleitoral na América Latina a 2 de fevereiro. Uma eleição nas quais o partido do governo, a Frente Farabundo Martí para a Liberación Nacional (FMLN) parte como favorito na maioria das sondagens. A antiga guerrilha da FMLN, com um independente como cabeça eleitoral em 2009, Mauricio Funes, colocou o fim a 20 anos de hegemonia política de direita, encarnada no ARENA (1989-2009).

Nestas eleições, a ex-guerrilha já não apresenta um independente, mas sim uma das figuras mais representativas e históricas da FMLN, Salvador Sánchez Cerén (atual vice-presidente do Funes), que unifica o voto à esquerda. Sánchez Cerén dirigiu, durante a guerra civil, a Frente Popular de Liberación, uma das forças integrantes da FMLN. Escolher como candidato presidencial este mestre, sindicalista e chefe guerrilheiro nos anos 80 com o nome de “Leonel González” pressupõe uma reviravolta na estratégia da FMLN. A antiga guerrilha fracassou diversas vezes quando nomeou candidato presidencial um lendário chefe guerrilheiro, Schafik Handal. Por essa razão, em 2009, apostou por um independente, Funes, tendo sido bem-sucedidos uma vez que conseguiram conquistar a presidência após os fracassos de 1994, 1999 e 2004.

No entanto, a antiga guerrilha teve a sensação de que ganhou as

“O tema da insegurança dos cidadãos, tal como ocorreu nas eleições das Honduras de 2013, concentrou a maioria dos debates”

eleições de 2009 mas não o poder, já que Funes foi sempre muito independente relativamente ao aparelho do partido. É neste contexto que agora se produz esta alteração de estratégia. Como salienta o analista (e ex-guerrilheiro) Joaquín Villalobos, “o ex-comandante guerrilheiro, Salvador Sánchez, de definição bolivariana e candidato do FMLN, congrega mais opiniões negativas do que positivas. Trata-se de um retrocesso relativamente a Funes e um suicídio eleitoral inexplicável da esquerda. É impossível ultrapassar os 50% dos votos e qualquer dos outros candidatos o derrotará facilmente numa segunda volta”.

Esta divisão tem por consequência que a FMLN parta como favorito para ganhar a primeira volta. No entanto, uma vez que nem a ARENA nem a FMLN conseguirão os 50 mais um por cento dos votos, a segunda volta será disputada a 9 de março de 2014, para a qual Quijano é o que, atualmente, conta com mais apoios, uma vez que se supõe reunir os votos da ARENA e da Unidad.

O tema da insegurança dos cidadãos, como ocorreu nas eleições das Honduras em 2013, concentrou a maioria dos debates uma vez que é aquele que mais afeta e preocupa a população (53,2% considera-o o assunto mais urgente, sendo o segundo a situação económica, com 27,9%). El Salvador é, a par das Honduras e da Guatemala um dos países que mais sofre os efeitos da insegurança, devido à atuação

dos gangues e do narcotráfico. No entanto, perante este assunto, a ARENA nos seus 20 anos de governo (com políticas de mão firme) e a FMLN nos últimos cinco (assinando uma trégua com os gangues) parecem não ter encontrado a solução uma vez que nenhum dos dois impulsionou medidas integrais, mas apenas parciais e conjunturais.

Outro dos assuntos que marcaram a campanha foi o que afetou o ex-presidente Francisco Flores (da ARENA e assessor de Norman Quijano), que esteve envolvido em denúncias graves por parte do atual presidente. Mauricio Funes denunciou que se desconhece o paradeiro de 10 milhões de dólares doados por Taiwan durante a presidência de Flores. Esse dinheiro foi depositado no nome de Flores num banco na Costa Rica, tendo sido enviado para outro banco em Miami e, posteriormente terminou nas Bahamas.

Além da realidade dos factos, a denúncia revela um elevado grau de implicação do presidente da campanha, o que levou a que o Procurador Geral colocasse o presidente Funes sob investigação. Foi acusado de revelar informação confidencial do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos para afetar politicamente o seu antecessor, Francisco Flores, apesar de estar legalmente impedido de o fazer.

O envolvimento presidencial nas eleições é muito grande. Numa recente entrevista ao diário espanhol El País, Funes

"A Colômbia realiza as eleições presidenciais a 25 de maio no que se prevê como um duelo indireto entre dois antigos aliados, o presidente Juan Manuel Santos e o seu antecessor Álvaro Uribe"

não apenas arremetia contra a "oligarquia" de El Salvador mas também o fazia diretamente contra a Arena: "(Estou a lutar) contra o poder oligárquico que dominou o país, que controlou as instituições mas que agora não controla o Executivo nem tem maioria legislativa. E, desta forma, o poder oligárquico reage e utiliza os seus instrumentos, utiliza meios de imprensa, a ARENA. Insurjo-me contra isso".

Seguidamente, acrescentou: "O lema da campanha de Norman Quijano (candidato presidencial da ARENA) é "recuperemos El Salvador". É um lema sugestivo, porque diz... recuperemos, ou seja El Salvador "era nosso" antes, como se El Salvador fosse uma empresa que era nossa e que a administrávamos e a geríamos à nossa vontade, como uma vaca que se ordenha e se retira leite até onde possa porque é a minha vaca. Mas perderam as eleições de 2009 e agora acreditam que é a sua oportunidade de recuperar El Salvador, ou seja, recuperar o país para quem era ou tenha sido historicamente o seu dono, para favorecer os seus interesses".

A acusação contra Flores deu azo a uma campanha suja. Arena, partido claramente na extrema direita nos anos 80 (agora já situado no centro direita) voltou a sacar de todo o seu arsenal dos tempos das armas. Desta forma, o vice-presidente da Ideologia do Conselho Executivo Nacional da ARENA (Coena), Ernesto Muyshondt, apresentou publicamente uma imagem na qual aparece o candidato presidencial

do FMLN, Salvador Sánchez Cerén, junto a líderes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Além disso, o candidato da direita, Normam Quijano, não hesitou em aprofundar a polarização da campanha, aludindo ao que, segundo ele, estava em jogo: derrotar "de uma vez por todas" o regime do socialismo do século XXI.

4. COLÔMBIA, "URIBISMO" CONTRA "SANTISMO"

A Colômbia realiza as eleições presidenciais a 25 de maio no que se prevê como um duelo indireto entre dois antigos aliados, o presidente Juan Manuel Santos e o seu antecessor Álvaro Uribe. Santos, ministro e herdeiro de Uribe, acabou por romper com o "uribismo" durante a sua presidência e, em 2014, deverá enfrentar Óscar Iván Zuluaga que será o presidente "uribista", uma vez que o ex-presidente não pode optar pela reeleição.

Santos, apesar de não possuir o carisma de Uribe e, em setembro, ter enfrentado uma onda de protestos que diminuíram a sua popularidade, é o grande favorito, porque contra si possui uma oposição desunida (sobretudo à esquerda) e sem grande peso (Zuluaga não é muito conhecido e não tem a mesma aceitação que Uribe). Além disso, pouco a pouco, o presidente tem vindo a subir nas sondagens, passado o impacto das mobilizações e protestos sociais do passado mês de setembro, tendo o seu apoio subido de 29% há três meses para 39% em dezembro.

“O panorama mais além do "santismo" é uma série de exércitos (partidos) com soldados mas sem general”

O presidente cresce igualmente e de forma clara nas intenções de voto: na sondagem de novembro da Gallup Colombia, Juan Manuel Santos obtinha quase o dobro das intenções de voto (27%) relativamente ao candidato Zuluaga, que detinha 14,9%. Em dezembro, as suas intenções de voto aumentaram 11,5 pontos percentuais até 38,5% enquanto que Zuluaga descia 1,3 pontos percentuais.

Santos, que não é um homem que se caracterize pelo seu carisma, ocupa o centro do espectro político apoiado pelas organizações partidárias mais fortes do país: o histórico Partido Liberal, Cambio Radical e o Partido da U. À sua direita, encontra-se o "uribismo" e o Partido Conservador e, à sua esquerda, a Alianza Verde-Progresista, el Polo Democrático e Unión Patriótica.

O panorama além do "santismo" é o de uma série de exércitos (partidos) com soldados mas sem general (é o caso dos conservadores e dos diversos grupúsculos de esquerda) e um ou outro general (Uribe) sem exército, uma vez que o "uribismo" possui seguidores e popularidade mas a sua estrutura partidária é precária e sem figuras à altura do ex-presidente. Zuluaga arrasta consigo um amplo desconhecimento entre a população, que pode ser compensado parcialmente graças ao apoio de Álvaro Uribe que inclusivamente colocou o seu nome na plataforma de apoio a Zuluaga, que é o candidato do Uribe Centro Democrático.

À direita de Santos, o "uribismo" por agora teria o exclusivo com o seu candidato presidencial e o seu candidato a senador. No entanto, alguns conservadores colocam a possibilidade de abandonar Santos e apresentar a sua própria candidatura. Estão afastados do poder desde 2002 e, desde essa data, limitam-se a apoiar candidaturas alheias (a de Uribe em 2006) e quando foram sós, em 2010 com Noemí Sanín, apenas alcançaram 6% dos votos. A figura que emerge como possível candidata conservadora é a de Marta Lucía Ramírez, anteriormente ministra de Uribe. De qualquer das formas, existe igualmente uma ala "santista" dentro dos conservadores que parece contar com o controlo do aparelho do partido e uma outra que inclusivamente pensa numa terceira fórmula: a coligação com o "uribismo".

De momento, na esquerda apenas se encontra a divisão e a falta de clareza. Sem Antanas Mockus (que, em 2010 disputou a segunda volta contra Santos), que nem sequer encabeçará uma lista ao Senado, multiplicaram-se os possíveis presidenciais. Clara López, uma dessas aspirantes de esquerda à presidência pelo Polo Democrático, admitiu esses problemas quando comentou que estão a surgir muitas candidaturas que "geram distorção e dificuldade" para uma proposta alternativa unificada "pela variedade de atores e pela distância das propostas".

Entre as outras forças de esquerda, destaca-se a Unión Patriótica, que

“Com a eleição presidencial muito clarificada em favor de Santos, a atenção deverá concentrar-se nas eleições legislativas de março”

recuperou a sua personalidade jurídica após uma falha do Conselho de Estado e escolheu como presidenciável Aída Abella, que, após 17 anos de exílio por um atentado contra si, regressou à Colômbia. O partido de esquerda Unión Patriótica (UP) é herdeiro do que existiu nos anos 80, época na qual foram assassinados mais de 4.000 dos seus militantes.

Em teoria, o grupo mais forte à esquerda é a Alianza Verde-Progresista, onde a candidatura é disputada entre o ex-presidente da câmara Enrique Peñalosa e os senadores John Sudarsky e Camilo Romero. Um dos grandes favoritos, o ex-governador de Nariño, Antonio Navarro, que, de acordo com uma sondagem recente da Gallup, conta com uma imagem positiva de 51%, saiu da corrida presidencial. Navarro evidenciou o mau estado pelo qual atravessa a esquerda quando confessou que o projeto estava "muito desorganizado" para unificar os partidos alternativos e não foi possível encontrar um mecanismo para encontrar um único candidato frente a Santos e a Óscar Iván Zuluaga, do Uribe Centro Democrático.

Desta forma, com a eleição presidencial muito clara a favor de Santos, a atenção deverá centrar-se nas eleições legislativas de março, onde tudo indica que a bancada "uribista", com o próprio Uribe como candidato a senador, obterá resultados muito bons (cerca de 20 legisladores). Tal outorgará ao "uribismo" uma ampla margem de

manobra num momento decisivo no qual, presumivelmente durante 2014, chegar-se-á a um acordo definitivo com as Farc que deverá posteriormente ser referendado numa consulta popular. O "uribismo" é contra o atual processo de negociações e, contando com uma ampla bancada, poderá condicionar o andamento do processo.

5. PANAMÁ, A LUTA PELA HERANÇA DE MARTINELLI

Desde a restauração da democracia em 1989, as duas grandes forças políticas do país, o "torrijismo" (Partido Revolucionário Democrático) e o "arnulfismo" sucederam-se no poder no Panamá. Entre 1989 e 1994, governou Guillermo Endara do "arnulfismo" ao qual sucedeu Ernesto Pérez Balladares do PRD. A seguir, governaram, um após o outro, os herdeiros diretos de dois dos grandes líderes históricos: Mireya Moscoso (1999-2004), viúva de Arnulfo Arias e Martín Torrijos (2004-2009), filho do general Omar Torrijos.

Esta dinâmica interrompeu-se em 2009 com a vitória de um movimento alheio aos dois partidos tradicionais. Cambio Democrático do atual presidente Ricardo Martinelli que, de qualquer forma, formou uma aliança com o Partido Panameñista ("arnulfista").

Uma aliança que, finalmente, se revelou precária, uma vez que o atual vice-presidente da República Juan Carlos Varela, do

“Numa campanha, o importante é o candidato ou o grupo que o apoia, que no caso de José Domingo é o governo e as suas obras”

"panameñismo", foi destituído do seu cargo como Ministro de Assuntos Exteriores pelo Chefe de Estado e, com isto, rompeu a coligação.

Ricardo Martinelli não conseguiu, durante o seu mandato, reformar a constituição para optar pela reeleição pelo que, nas presidenciais de 2014, estará em jogo a sua herança entre um candidato perto de si, José Domingo Arias, do movimento do governo Cambio Democrático (CD, de centro-direita) e o do Partido Revolucionário Democrático (PRD, de esquerda), Juan Carlos Navarro.

Arias, que também é apoiado pelo MOLINERA, conta com o apoio total de Martinelli pelo que, na realidade, nas eleições será avaliada a gestão presidencial, pela oposição encarnada pelas antigas forças políticas do país. “Numa campanha, o importante é o candidato ou o grupo que o apoia, que no caso de José Domingo é o governo e as suas obras”, confessou o ministro da Presidência, Roberto Henríquez.

Segundo uma sondagem de finais de 2013 da empresa Ipsos, Arias (que foi Ministro da Vivienda com Martinelli) consegue 29% na intenção de voto do eleitorado e o opositor Navarro consegue 27%. Entretanto, o candidato opositor Juan Carlos Varela, do Partido Panameñista ronda os 21%. Além disso, a esquerda vai estar representada no recém-fundado Frente Amplio por la Democracia (FAD) que tem como candidato Genaro López.

A principal carta ganhadora de Arias reside na popularidade de Martinelli: o presidente goza de 68% de apoio à sua gestão, enquanto que há um ano era de 52%. Programas sociais como os subsídios a idosos sem pensões, chamados “100 aos 70”, a construção do metro da capital, a "bolsa universal" para estudantes e a pensão vitalícia para os envenenados em 2006 por uma substância misturada com medicamentos da Segurança Social (12%) explicam os pontos fortes presidenciais.

Nas eleições de 2014, serão eleitos o presidente do Panamá, os 71 deputados da Assembleia Nacional (Parlamento), os 20 deputados ao Parlamento Centro-americano, 75 presidentes de câmara e 632 vereadores e representantes de comunidades com os seus respetivos suplentes. À data, os candidatos a presidente da República estão a negociar os perfis de quem serão os melhores companheiros de fórmula (para vice-presidentes) pelo que os referidos anúncios deverão realizar-se antes de 2 de fevereiro.

6. BRASIL, DILMA ROUSSEFF FAVORITA INDISCUTÍVEL

Os protestos populares de junho e julho de 2013 provocaram o surgimento de dúvidas sobre a reeleição de Dilma Rousseff em 2014. No entanto, a habilidade da presidente para canalizar o descontentamento e a paulatina diminuição de protestos provocou que, de novo, Rousseff seja a grande favorita para ganhar as

"A oposição política patina num discurso sem norte, vazio de conteúdo e carente de propostas. A verdadeira oposição concentra-se nos meios de comunicação"

eleições presidenciais de 5 de outubro de 2014 o que aumentaria o predomínio do seu partido, o PT, para 16 anos. Apesar da melhoria, a popularidade de Rousseff (aumentou de 54% para 56%) não alcança todavia os 79% que detinha em março passado, antes da onda de protestos.

Nesta altura, Dilma não tem rival nem à direita (Aécio Neves, do PSDB) nem à esquerda (nem a ecologista Marina Silva, nem o seu aliado o socialista Eduardo Campos). A última sondagem do Datafolha, de dezembro, revela que Rousseff obteria 47 por cento dos votos, relativamente a 19 de Neves e 11 de Campos.

Para o analista Eric Nepomuceno, "a oposição política patina num discurso sem norte, vazio de conteúdo e carente de propostas. A verdadeira oposição concentra-se nos meios de comunicação". E acrescenta: "Para os membros do PSDB, o lema da sua campanha é mudança com segurança, ou seja, mudança mas de forma segura. No entanto, são incapazes de esclarecer o que pretendem alterar e o que entendem por mudanças seguras. O que fica claro novamente é a absoluta incapacidade de Neves (ou, na sua falta, de Serra) e de Campos (ou de Marina Silva) de apresentar um projeto alternativo convincente. Não o fizeram no auge da queda de Dilma, em junho (o seu governo possuía 65% de aprovação em março, tendo caído para 30% em junho; em outubro regressou para 44%), nem o fazem agora.

Além disso, não apresentaram argumentos para impedir a sua recuperação".

Efetivamente, a aprovação do governo da presidente aumentou seis pontos e chega já a 43%, a dez meses das eleições presidenciais, segundo uma sondagem do IBOPE o que pressupõe uma recuperação significativa, após ter caído até 31% em julho após os protestos. O aumento da popularidade do governo de Rousseff deve muito à sua capacidade de reação perante os protestos, com programas como "Mais médicos", que incluiu a contratação de milhares de médicos estrangeiros, principalmente cubanos, para assistência às áreas mais isoladas e pobres do país. Calcula-se que cerca de 23 milhões de habitantes recebem assistência médica graças a este plano.

Além disso, Dilma Rousseff reforçou os laços com a coligação política que a apoia e que se tinham diluído nos últimos meses. A presidente reaproximou-se da sua base partidária e conseguiu disciplinar o voto. Como recordava o diário Folha de São Paulo, "em agosto, Dilma visitou os presidentes de Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN) e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Dilma também autorizou a aprovação de alterações para destinar recursos a projetos apresentados por congressistas para atender às suas bases eleitorais". Consequentemente, as reuniões com os líderes partidários passaram a ser mais frequentes e o ministro da

"Desde 2010, a Bolívia encontrou a sua estabilidade política (baseada na hegemonia do presidente e do seu partido) e a estabilidade económica com crescimentos de 5 e 6% nos últimos anos"

Educação, Aloizio Mercadante (homem forte e de confiança de Rousseff), converteu-se de facto na ligação e interlocutor com o Congresso.

De qualquer das formas, deverá ser prestada especial atenção às coligações que sejam formadas, as quais são vitais para garantir a governabilidade e contar com maiorias no Congresso. Será muito importante até porque o próximo governo do PT e de Rousseff deverá realizar reformas profundas ao modelo económico brasileiro (protecionista e com altos níveis de pressão fiscal), o qual já dá claros sinais de esgotamento. Tudo aponta para que a base aliada do governo continuará a ser formada por dois grandes partidos (o PT da presidente e o centrista PMDB) bem como por um conjunto de pequenas formações. A saída da coligação do PS seria colmatada por novas formações tal como o PSD de Gilberto Kassab (uma cisão do PSDB) e o PROS dos irmãos Gomes (uma cisão do PS).

7. A BOLÍVIA E A REELEIÇÃO PLEBISCITÁRIA DE EVO MORALES

Evo Morales não quer apenas ser reeleito como presidente nas eleições presidenciais de 5 de outubro de 2014; quer igualmente fazê-lo de forma rotunda, plebiscitária, alcançando mais de 70% dos votos. Para tal, está a desenvolver uma intensa atividade que inclui novas alianças políticas e medidas de curto prazo para aumentar o apoio popular.

Morales, eleito em 2005 e reeleito em 2009, fundamenta as suas aspirações nos êxitos da sua gestão: desde 2010, a Bolívia encontrou a sua estabilidade política (baseada na hegemonia do presidente e do seu partido) e a estabilidade económica com crescimentos de 5 e 6% nos últimos anos. O governo já o expressou com clareza e não esconde que o seu objetivo não é o de ganhar (algo que pressupõe) mas sim ganhar o apoio de três quartos do eleitorado boliviano. "A meta, para mim, é ganhar cada eleição com 74%, aumentar em 10% e está nas nossas mãos, temos programa, temos princípios, temos partido, temos programa que é entender-nos melhor e ganhar de forma contundente", comentou o próprio Morales.

Para consegui-lo, a sua estratégia está a ser muito variada. Por exemplo, ampliou a sua rede de alianças e de apoios, incluindo a anteriormente poderosa (nos anos 80) Central Obrera Boliviana. Além destas alianças, algumas medidas conjunturais, tais como o decreto do abono duplo, convertem-se em iniciativas claramente eleitoralistas. O presidente decretou um pagamento de um "abono duplo" para os trabalhadores estatais pelo crescimento da economia que, em 2013, chegou a 6,5%.

No terreno político, Morales conseguiu igualmente converter o MAS no único partido com alcance e implantação nacional, contra uma heterogénea e dividida oposição que possui sobretudo

“A Frente Amplio encaminha-se em direção ao seu terceiro mandato presidencial, pela mão da sua principal referência histórica, Tabaré Vázquez”

força local e departamental em La Paz (Juan del Granado e o seu Movimiento Sin Miedo) ou em Santa Cruz (Rubén Costas).

Os dois graves problemas da oposição a Evo Morales são a divisão que sagra nas suas fileiras e a heterogeneidade das suas propostas que tornam a sua união incompatível.

Existem, atualmente, três forças principais que se apresentam como os grupos favoritos para liderar o "antievismo": a liderada por Juan del Granado, o Movimiento Sin Miedo (MSM); a que responde a Samuel Doria Medina, a Frente Amplio, cuja base é a Unidad Nacional (); e Rubén Costas, do Movimiento Demócrata Social (MDS).

Os três representam opções de centro (Del Granado – centro-esquerda e ex-aliado de Morales–, Medina –centro– e Costas –centro-direita–) mas os personalismos e agendas diferentes obstaculizam a unidade.

As sondagens assinalam que o opositor melhor situado é o empresário e líder da Unidad Nacional, Samuel Doria Medina, com 12% de intenções de voto. O governador do departamento de Santa Cruz, Rubén Costas, tem um apoio de 9%, e o ex-presidente da câmara de La Paz e ex-aliado de Morales, Juan del Granado, 6%. Del Granado é quem mais claramente procura empunhar as velhas bandeiras que empunhou Morales na sua ascensão ao poder. Como ex-aliado do atual

presidente, trata de conquistar para a sua causa o voto indígena e de uma determinada esquerda dececionada com Evo.

O propósito de Samuel Doria Medina é ainda mais ambicioso: realizar uma megacoligação de forças heterogénea para derrotar Morales. É aquilo que se conhece como Frente Amplio. O partido de Medina, a Unión Nacional, impulsionou esta coligação na qual entrou o Movimiento Nacional Revolucionario (MNR) que foi o partido mais importante do país entre 1952 e 2003, a Nueva Alianza Bolivia (NAB), a Izquierda Democrática, o Nuevo Poder Ciudadano (NPC), o PAIS e o Colectivo Cochabamba.

Perante a impossibilidade de arrebatá-la a Morales, a oposição estaria, na realidade, a procurar um plano B: evitar que o MAS, o partido do presidente, continue a controlar dois terços dos legisladores. A analista Elena Argirakis explica que a oposição tem "poucas" probabilidades de ganhar a Evo Morales nas eleições de 2014. Desta forma, a estratégia será "bloquear" o MAS, impedindo que alcance 2/3 na Assembleia Legislativa Plurinacional.

8. URUGUAI, HEGEMONIA DA FRENTE AMPLIO E REGRESSO DE TABARÉ VÁZQUEZ

A Frente Amplio encaminha-se em direção ao seu terceiro mandato presidencial, pela mão da sua principal referência histórica, Tabaré Vázquez. As eleições terão lugar a 26 de

“As eleições presidenciais que irão ocorrer na América Latina em 2014 reafirmarão as tendências políticas que se vêm instalando na região há quase uma década”

outubro, partindo como favorita a coligação de esquerda que chegou ao poder em 2005, precisamente com Vázquez como candidato e que repetiu o triunfo com José Mujica (2010-2015).

A Frente Amplio, nascida nos anos 70, rompeu em 2004 o histórico duopólio branco-colorido e transformou-se na força política hegemónica contra os dois partidos tradicionais. Tal como assinala o politólogo uruguaio Óscar Bottinelli, “no Uruguai, o bipartidarismo tradicional, que se anunciou em 1825 com a clivagem Rivera-Lavalleja, consolidou-se em 1836 com o eixo colorido-branco e manteve-se incólume durante 135 anos, até ser desafiado em 1971 com o surgimento da Frente Amplio. Rapidamente se chegou, em 1994 ao tripartismo perfeito (32 deputados do Partido Colorado, 31 do Nacional, 31 da Frente Amplio)... e, já em 1999 cruzou-se essa linha, com a FA a subir e com praticamente 40% de eleitorado. Tal já compreendia um setor importante, em oposição a outro que era maioritário. Em 2004 o país fica dividido em metade; à esquerda a FA e à direita coloridos e brancos”.

Tabaré encabeça as sondagens e além disso existe um amplo consenso de que se transformou no favorito para se converter em vencedor. A percepção é generalizada: 77% acredita que o próximo presidente será Tabaré Vázquez. Contra si jogam a elevada taxa de inflação (de mais de 8%), o aumento da insegurança,

as guerras dentro da Frente Amplio ou o escândalo PLUNA que levou consigo o Ministro da Economia, Fernando Lorenzo.

Na oposição, sobressaem duas figuras, à espera que se realizem as eleições internas. O pré-candidato à presidência pelo Partido Nacional (ou branco) e líder da corrente interna Futuro Nacional, Jorge Larrañaga, e o senador Pedro Bordaberry no Partido Colorado.

Muito possivelmente, existirá uma segunda volta, o que é um aliciente para as duas forças da oposição, os dois partidos tradicionais, para se unirem nessa eleição. Em jogo está igualmente a maioria legislativa: se a Frente Amplio não ganhar a primeira volta, essa maioria correrá um sério perigo.

CONCLUSÕES

As eleições presidenciais que irão ocorrer na América Latina em 2014 reafirmarão as tendências políticas que se vêm instalando na região há quase uma década.

Heterogeneidade política, continuidade de determinadas forças que se transformaram em hegemónias políticas e tendência em alguns países para a consolidação de fortes lideranças personalizadas que, em certos casos, se transformam em “autoritarismos competitivos”.

Heterogeneidade regional

Relativamente ao tema da heterogeneidade política, deve ser assinalado que a região está

“O autoritarismo competitivo surgiu em força nos países andinos. O caso mais notório dos últimos anos é a Venezuela”

longe das teorias que apontam que, com vitórias como a de Michelle Bachelet no Chile, a América Latina continua a virar à esquerda. Certo é que esta visão é muito redutora e simplista, uma vez que ignora os matizes de uma região muito heterogénea.

Na realidade, o que existe é uma região na qual predominam três grandes tendências políticas (centro-direita, centro-esquerda e "socialismo do século XXI", ou melhor, movimentos nacional-populistas) e onde as diferentes esquerdas não podem ser englobadas numa mesma categoria. Não são as mesmas as esquerdas encarnadas por Michelle Bachelet ou Dilma Rousseff e as representadas por Evo Morales, Nicolás Maduro ou o falecido Hugo Chávez.

A esquerda do "socialismo do século XXI" (Daniel Ortega, Evo Morales, Nicolás Maduro e Rafael Correa) não criou nos seus países ambientes propícios aos investimentos (em especial na Venezuela e na Argentina, sem esquecer as expropriações na Bolívia) e o seu estilo de governo tende para o autoritarismo competitivo.

Este termo, utilizado pelo académico e politólogo Steven Levitsky, lança muita luz sobre a natureza deste tipo de governos, tão afastados do ideal de esquerda socialdemocrata: “O autoritarismo competitivo surgiu em força nos países andinos. O caso mais notório dos últimos anos é a Venezuela. Eleito democraticamente, Hugo Chávez utilizou mecanismos

plebiscitários e os rendimentos do petróleo para concentrar o poder, impor uma nova Constituição e utilizar as instituições e recursos do Estado para ir fechando o espaço à oposição”.

“A Bolívia e o Equador são casos mais “soft”, mas que também se converteram em autoritarismos competitivos. Nas democracias, os ex-candidatos presidenciais não são exilados (Bolívia), os congressistas não são massivamente destituídos (Equador) e os presidentes não ganham julgamentos –com penas tremendas– contra os jornais (Equador)”, conclui Levitsky.

Mas, na América Latina, não existe apenas uma esquerda muito heterogénea e dificilmente compatível com a sua inclusão numa única categoria; além disso, na região, coexistem três grandes tendências políticas. Em 2006, falava-se na “viragem à esquerda”, esquecendo não apenas a heterogeneidade dessa esquerda mas igualmente a existência, já nessa data, de partidos do centro-direita no poder, como o PAN no México e o “uribismo” na Colômbia.

Mas agora, a situação é ainda mais marcada, uma vez que o centro-direita governa de forma maioritária na América do Norte (o PRI de Enrique Peña Nieto no México), na América Central (Otto Pérez Molina na Guatemala, o eleito José Orlando Hernández nas Honduras, Laura Chinchilla na Costa Rica e Ricardo Martinelli no Panamá) e

“A conclusão é que, contrariamente aos anos 90, onde na região predominavam os governos de cariz neoliberal, na atualidade, a América Latina apresenta-se variada, heterogénea e com fortes diferenças internas”

nas Caraíbas (Danilo Medina na República Dominicana).

Ou seja, em 6 dos 8 países da zona existem governos de centro-direita com as exceções de Mauricio Funes no El Salvador (que encabeça um executivo de centro-esquerda democrático e reformista, com sérias diferenças com a marxista ex-guerrilha do FMLN) e Daniel Ortega na Nicarágua.

Na América do Sul, a situação é mais equilibrada, mas igualmente heterogénea. Neste caso, existem 3 governos de centro-direita (o de Juan Manuel Santos na Colômbia, Horacio Cartes no Paraguai e ainda Sebastián Piñera no Chile), 3 de centro-esquerda (Ollanta Humala no Peru, Dilma Rousseff no Brasil e José Mujica no Uruguai) e 4 do também heterogéneo socialismo do século XXI e os seus aliados (Nicolás Maduro na Venezuela, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia e Cristina Kirchner na Argentina).

Trata-se, portanto, de uma região dividida em três terços praticamente iguais, onde nenhuma das tendências apresenta um grande predomínio e onde as alterações eleitorais mantêm a coexistência dessas tendências.

Desta forma, as eleições presidenciais de 2013 constituíram um reflexo fiel desta situação: ganharam os candidatos do “socialismo do século XXI” em fevereiro no Equador e, em abril, na Venezuela, o centro-direita

ganhou no Paraguai e nas Honduras e o centro-esquerda no Chile.

A conclusão é que, contrariamente aos anos 90, onde na região predominavam os governos de cariz neoliberal, na atualidade, a América Latina apresenta-se variada, heterogénea e com fortes diferenças internas.

Continuidade e novas hegemonias

As últimas eleições celebradas na América Latina em 2013 e as que se avizinham para 2014 desenham um panorama no qual saem reforçadas as hegemonias de determinados partidos, o regresso de líderes carismáticos ou movimentos partidários que já foram predominantes no exercício do poder político.

Por hegemonia entendemos, neste relatório, um partido, movimento ou líder que tenha ganho, pelo menos, três eleições (como é, por exemplo, o caso de Rafael Correa, em 2013) ou que tudo aponta que vá ganhar uma terceira (como, por exemplo, Evo Morales em 2014).

Existe na região uma ampla pluralidade de tipos de predomínios políticos: existem os não interrompidos como o “chavismo” na Venezuela desde 1998, outros que sofreram uma pequena interrupção (o “peronismo” na Argentina ocupa o poder executivo desde 1989 com apenas uma exceção, o biénio 1999-2001) e outros que, após perder a presidência (o PRI no México em 2000, o Partido

“A hegemonia do "chavismo" na Venezuela, com Hugo Chávez e sem ele, remonta a 1999 e agora repete-se noutros países com o predomínio de Evo Morales na Bolívia desde 2005, de Rafael Correa desde 2007 ou Daniel Ortega desde 2007”

Colorado no Paraguai em 2008 ou a Concertación chilena em 2010), regressam agora ao poder (o "priismo" em 2012, o "coloradismo" em 2013 e o "concertacionismo" em 2014).

Com Michelle Bachelet produziu-se esse fenómeno: recuperou o poder da coligação que governou de forma hegemónica o Chile desde 1990 a 2010, a Concertación, agora chamada Nueva Mayoría, com a incorporação do Partido Comunista. Na essência, é o mesmo bloco que hegemонizou o poder no país andino desde o final do regime autoritário de Augusto Pinochet e não experimentou transformações profundas (além do nome). O seu regresso ao Palácio La Moneda é produzido graças ao carisma e empatia de Michelle Bachelet, mais do que por alteração da coligação.

Regressam à América Latina igualmente outros partidos que já foram hegemónicos: ocorreu em 2012 com o PRI de Enrique Peña Nieto no México e, em meados deste ano, no Paraguai com o triunfo do Partido Colorado de Horacio Cartes. O "priismo" governou o México, com diferentes nomes, desde 1929 a 2000 e o "coloradismo" fez o mesmo no Paraguai desde 1947 a 2008.

Algumas forças hegemónicas antigas regressam ao poder que outras parecem manter ferreamente preso. É o caso do PT no Brasil que, pela mão de Luiz Inácio Lula da Silva primeiro (2003-2010) e agora de Dilma Rousseff (2011-) está

perto de revalidar em 2014 a sua permanência no poder até 2018 (no total, 16 anos no poder).

Pelo mesmo caminho vai a Frente Amplio no Uruguai. Rompeu com o duopólio colorido-branco em 2005 com Tabaré Vázquez (2005-2010) e retificou-o com José Mujica a seguir (2010-). Agora, é o favorito para ocupar a presidência até 2020, de novo com Tabaré Vázquez como presidenciável.

O "peronismo" nas suas diferentes versões (neoliberal nos anos 90 com Carlos Menem, desenvolvimentista em 2001-2003 com Eduardo Duhalde e "kirchnerista" desde 2003) deteve o poder na Argentina desde 1989 até à atualidade (salvo num breve período de dois anos, 1999-2001). E tudo indica que o final do regime "kirchnerista", que encarna Cristina Kirchner, dará lugar a uma nova hegemonia também "peronista" encabeçada talvez pelo governador de Buenos Aires, o "peronista" aliado circunstancialmente com o "kirchnerismo", Daniel Scioli ou o "peronista" dissidente Sergio Massa.

A hegemonia do "chavismo" na Venezuela, com Hugo Chávez e sem ele, remonta a 1999 e agora repete-se noutros países com o predomínio de Evo Morales na Bolívia desde 2005, de Rafael Correa desde 2007 ou Daniel Ortega desde 2007.

A Colômbia é um caso especial. A hegemonia "uribista" desde 2002 foi continuada por um seu herdeiro, Juan Manuel Santos, que rompeu com o seu progenitor político. Se conseguir a reeleição

“Poucos países latino-americanos escapam a esta dinâmica: é o caso da Guatemala e do Peru, onde nenhum partido repetiu a presidência desde o regresso da democracia nos anos 80”

em 2014, a coligação (Partido do U e Cambio Radical) que rodeou Uribe e agora Santos (com um novo acrescento, o Partido Liberal) prolongaria o seu predomínio durante 16 anos.

Outro caso a destacar é o do PLD na República Dominicana e o do PLN na Costa Rica. Leonel Fernández, líder do PLD, pode ser considerado como o último líder da política dominicana já que governou depois do desaparecimento político do anterior líder, Joaquín Balaguer, 12 dos últimos 16 anos (salvo el período 2000-2004). O três vezes presidente dominicano (1996-2000, 2004-2008 e 2008-2012) conseguiu prolongar a sua presença através do atual mandatário, Danilo Medina, herdeiro político de Leonel que

ainda colocou a sua esposa Margarita Cedeño na vice-presidência.

Tudo parece indicar que Leonel tentará regressar ao governo nas próximas eleições de 2016.

E, na Costa Rica se o PLN triunfar nas presidenciais de 2014 acumulará três presidências contínuas após as de Oscar Arias (2006-2010) e Laura Chinchilla (2010-2014).

Poucos países latino-americanos escapam a esta dinâmica: é o caso da Guatemala e do Peru, onde nenhum partido repetiu a presidência desde o regresso da democracia nos anos 80, ou do Panamá, onde os "arnulfistas" e "torrijistas" se sucedem no poder desde 1990.

LLORENTE & CUENCA

CONSULTORES DE COMUNICAÇÃO

Consultoria de comunicação líder em Espanha, Portugal e na América Latina

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação em Espanha, Portugal e América Latina. Conta com 16 sócios e mais de 300 profissionais que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividade, com operações dirigidas para o mundo que fala espanhol e português.

Atualmente, possui escritórios próprios na **Argentina, Brasil, Colômbia, China, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana**. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece os seus serviços nos **Estados Unidos, Chile, Bolívia, Uruguai e Venezuela**.

A sua presença internacional levou a LLORENTE & CUENCA a posicionar-se em 2011 e 2010 entre **uma das cinquenta companhias de comunicação mais importantes do mundo**, de acordo com o Ranking anual elaborado por *The Holmes Report*. Em 2013, ocupa a colocação 51 do Ranking, ascendendo uma colocação em comparação a 2012.

Organização

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Reputação e Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

IBÉRIA

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castellero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 – planta 3
28001 Madrid
Tel.: 00 34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel.: 00 34 93 217 22 17

Lisboa

Madalena Martins
Sócia Fundadora
madalena.martins@imago.pt

Carlos Matos
Sócio Fundador
carlos.matos@imago.pt

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra
Tel.: 00 351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel.: 00 57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel.: 00 54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro. Lima (Peru)
Tel.: 00 51 1 2229491

México

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 – PH7
05120 Bosques las Lomas (México D.F.)

Tel.: 00 52 55 52571084
Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel.: 00 507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel.: 00 593 2 2565820

RIO DE JANEIRO

Juan Carlos Gozzer
Diretor Executivo
jcozzer@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 – sala 1801
Rio de Janeiro – RJ (Brasil)
Tel.: 00 55 21 3797 6400

São Paulo

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente

Alameda Santos, 200 – Sala 210
Cerqueira Cesar. SP 01418-000
São Paulo (Brasil)
Tel.: 00 55 11 3587 1230

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com


Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel.: 00 1 8096161975


ÁSIA

Pequim


Sergi Torrents
Diretor Geral
storrents@grupo-11.com


2009 Tower A. Ocean Express
N2 Dong san Huan Bei Road, Chaoyang District
Pequim - China
Tel.: 00 86 10 5286 0338


 Site corporativo
www.llorenteycuenca.com

 Blog corporativo
www.elblogdellorenteycuenca.com

 Twitter
<http://twitter.com/llorenteycuenca>


 Centro de Ideias
www.dmasilllorenteycuenca.com

 Revista UNO
www.revista-uno.com

 YouTube
www.youtube.com/LLORENTEYCUENCA

 LinkedIn
www.linkedin.com/company/llorente-&-cuenca

 Facebook
www.facebook.com/llorenteycuenca

 Slideshare
www.slideshare.net/LLORENTEYCUENCA



A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque testemunhamos um novo modelo macroeconómico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, concentra-se e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca, existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA